

NOTÍCIAS CNTV/

VIGILANTES



CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS VIGILANTES 20/Abr

cntv@cntv.org.br | (61) 3321-6143 | www.cntv.org.br | Edição 2549/2021



Justiça determina reintegração imediata de diretores do Sindsegur demitidos arbitrariamente pela ADS



Secretaria A Justiça do Trabalho do Estado do Rio Grande do Norte determinou a reintegração imediata dos diretores do Sindsegur, Pablo Henrique e Josenilson do Nascimento, demitidos de forma arbitrária pela empresa ADS, no dia 1 de abril.

A demissão do atual coordenador geral do Sindsegur e do diretor de comunicação, se deu após um histórico de muita mobilização

e luta dos dirigentes em defesa dos direitos dos vigilantes patrimoniais do RN. Diariamente os diretores da nossa entidade denunciam empresas que descumprem os direitos da categoria.

Através destas práticas antissindicais os empresários tentam enfraquecer ao máximo a categoria, que é representada pelo Sindsegur, pois os patrões sabem da importância da

nossa entidade pra fazer valer os direitos dos vigilantes.

Na decisão, o magistrado ressalta que a condição da empresa se encontrar em Recuperação Judicial não cria atalhos para demissão do trabalhador detentor da estabilidade provisória, eis que o bem juridicamente protegido pela norma reside na garantia da plena atividade sindical.

Em outras palavras, o trabalhador é apenas um instrumento ao qual se dá a garantia de permanecer no emprego onde irá atuar em prol da coletividade dos trabalhadores da sua categoria profissional.

Exercer a atividade sindical é um direito garantido por Lei, que deve ser respeitado por todas as empresas. A estabilidade do dirigente sindical está prevista no artigo. 8º , VIII , da Constituição Federal e 543 , § 3º , da CLT. Tais garantias tem como objetivo garantir o mandato

do trabalhador eleito para dirigente sindical, a fim de que este possa melhor desempenhar suas funções, livre de pressões ou represálias por parte dos patrões.

Portanto, a diretoria do SINDSEGUR afirma que não vai aceitar nenhum tipo de punição aos dirigentes que estão diariamente na luta. Não adianta os patrões tentarem intimidar os diretores da nossa entidade. Vamos continuar protestando e cobrando das empresas o merecido respeito aos direitos trabalhistas da nossa categoria. “Essa sempre foi e sempre será a meta dessa diretoria, que é estar ao lado dos trabalhadores, nunca ao lado do patrão”, afirmou o coordenador geral do Sindsegur Pablo Henrique.

Junte-se a nós e ajude a fortalecer a luta por dignidade e valorização profissional.

Fonte: sindsegur



PAGAMENTO DE PROCESSO JAVA/RESIDUO 30%: NO 4º GRUPO, CHEQUE SAI PRIMEIRO PARA 43 COLEGAS DO INTERIOR

ATENÇÃO

VIGILANTES JAVA
OU EX-JAVA -
DINHEIRO EXTRA
PARA OS
TRABALHADORES

VIGILANTES DE
LUTA, SEM
PELEGO, SEM
PATRÃO!



No cumprimento do acordo homologado na justiça entre o Sindicato e a empresa Java, beneficiando mais de 1400 Vigilantes, correspondente aos valores residuais quando da implantação dos 30% de periculosidade nos meses de dezembro/2013 e janeiro 2014, o Sindicato iniciou ainda no mês passado o processo de seleção de mais um grupo de Vigilantes para repasse dos seus créditos e nesta segunda-feira, 19, ficou pronto os cheques para 43 colegas do interior.

Neste 4º grupo a listagem dos colegas do interior ficou pronta primeiro, seguindo critérios adotados para os três grupos anteriores: lista elaborada pelos dirigentes ou lideranças locais e confirmação do contato com os Vigilantes (este contato evita que tenhamos de cancelar cheque de Vigilante não localizado).

No grupo estão colegas das cidades de: Camaçari, Candeias, Eunapolis, Guanambi, Ilhéus, Itaberaba, Itabuna, Itapetinga, Jequié, Miguel Calmon, Morro do Chapéu e Vitoria da Conquista.

A partir desta terça-feira, 20, serão solicitados copias dos documentos e número de conta bancária para efetivação do depósito.

Na capital realizamos o cadastramento de colegas para sorteio/seleção do 4º grupo até a última sexta-feira, 16 e já prorrogamos este procedimento (cadastramento) até a próxima quinta-feira, 22. Para aqueles inscritos na semana passada os cheques já estão em preparação.

Neste momento de pandemia a direção do seu Sindicato realiza todos os esforços para que seu dinheiro chegue na sua mão e possa aliviar as dificuldades.

Com este 4º Grupo devemos chegar a 1.000 colegas beneficiados com o repasse do crédito, mesmo antes do fim do pagamento parcelado pela empresa (novembro/2021).

Para todos, a renovação do nosso compromisso de lutar pelos direitos dos Vigilantes, sem medo e sem vacilação.

Conquista do direito é para quem tem fé na luta.

Se você é Java ou ex-Java interior, está na lista geral do processo/acordo e se habilitou para este 4º Grupo, confira seu nome a seguir:

PROCESSO 1339.2015.30ª
SINDVIGILANTES/BA X JAVA/RESIDUO 30%
LISTA COMPLETA NO SITE DA ENTIDADE.

FONTE: SINDVIGILANTES/BA

INSS: Covid-19 mais que dobra auxílios aos segurados



INSS: Covid-19 mais que dobra auxílios aos segurados A Covid-19 mais do que dobrou a concessão de auxílios-doença do INSS (Instituto Nacional do Seguro Social) por doença respiratória em 2020, mostram dados da Secretaria de Previdência e Trabalho, do Ministério da Economia.

Os benefícios concedidos com base nas CIDs (Classificação Internacional de Doenças) da família J, relacionada a problemas respiratórios, saltaram de 19,3 mil, em 2019, para 51,3 mil, no ano passado. O crescimento representa uma alta de 166%.

A Covid-19 também foi a segunda principal doença responsável pela geração de benefícios temporários no INSS por incapacidade (atual nome do auxílio-doença) entre março e dezembro de 2020, perdendo apenas para os casos de transtorno do disco lombar – popularmente chamada de hérnia de disco.

Na comparação realizada pela Previdência, que considerou apenas a CID B34.2, que é a mais comum para a infecção pelo coronavírus, a Covid-19 gerou 37 mil auxílios, enquanto

a CID M51.1, de transtorno do disco lombar, respondeu por 45,7 mil no INSS.

Apesar da Covid-19 já ser motivadora de auxílio-doença, sendo reconhecida inclusive, em casos, como doença ocupacional, ainda há entraves para a sua concessão no INSS. O principal deles é a perícia médica, procedimento que foi suspenso durante a pandemia e que voltou a ser exigido no final do ano passado. O serviço, no entanto, não foi 100% restabelecido.

“A perícia ainda está bastante deficitária”, diz a advogada Adriane Bramente, presidente do IBDP (Instituto Brasileiro de Direito Previdenciário). “Antes, com a possibilidade de envio do atestado pelos canais remotos comprovando a incapacidade para o trabalho e o posterior pagamento do benefício por incapacidade provisório, era muito mais fácil para o segurado”, explica. “Aliás, esse sistema não deveria ter acabado tão cedo, deveria ser permanente, pois facilita muito. Há casos em que a perícia é desnecessária.”

Fonte: R7

Mercado privado será o destino dos recursos da venda da Caixa Seguridade

Governo e direção do banco também atuam para a venda da Caixa Cartões, Gestão de Recursos, Loterias e uma outra instituição financeira para onde serão repassadas todas as operações sociais do banco; nova subsidiária já tem objetivo de ser privatizada; essas transações, somadas às devoluções dos IHCDs, podem representar o fim do banco público



A Caixa Econômica Federal, única empresa 100% pública do Brasil, é mais uma vez alvo do governo e da direção do próprio banco para privatização. A abertura de capital da Caixa Seguridade, marcada para o dia 29 de abril, e a devolução dos Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida (IHCDs) são as mais recentes ações que vão descapitalizar a Caixa e colocar fim ao caráter totalmente público do banco.

Para impedir a concretização dessas medidas, a Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro (Contraf-CUT) e a Federação Nacional das Associações do Pessoal da Caixa Econômica Federal (Fenae) lançam, nesta sexta-feira (16), a campanha “Brasil Seguro é Caixa Pública”.

“O governo Bolsonaro tenta privatizar a Caixa burlando a legislação. Quer vender pedaços do banco, como a abertura do capital da Caixa Seguridade. Esta é a primeira fatia que eles querem vender. Ao mesmo tempo, a direção da Caixa opera outro desmonte com a devolução de recursos ao Tesouro Nacional.

Por isso, é importante essa campanha, para conscientizar quem trabalha na Caixa, mas também para alertar toda a população. Precisamos mostrar que essa privatização à prestação é um crime contra o país”, afirmou Juvandia Moreira, presidenta da Contraf-CUT e uma das coordenadoras do Comando Nacional dos Bancários.

O objetivo é mobilizar, durante todo o mês de abril, entidades associativas e sindicais, os empregados e alertar os parlamentares e toda a sociedade sobre os graves prejuízos que a privatização vai causar ao banco e à população, em benefício do mercado privado.

“O desgoverno Bolsonaro encontrou uma maneira de privatizar a Caixa de forma indireta, já que a Contraf-CUT e a Fenae conseguiram barrar a privatização via STF. Logo, vai fragmentando e vendendo de pouquinho em pouquinho. Utiliza uma narrativa de que isso é bom para o próprio banco, que é bom para a sociedade. Mas, a verdade é bem diferente. Ao descapitalizar a Caixa, vai faltar recursos para o crédito, vai faltar investimento em infraestrutura. E, possivelmente, até para sustentação do próprio banco. Será uma perda para a sociedade, já que um dos papéis da Caixa é justamente diminuir a desigualdade tão gritante em nosso país”, afirmou Fabiana Uehara Proscholdt, secretária da Cultura da Contraf-CUT e coordenadora da Comissão Executiva dos Empregados (CEE) da Caixa.

Em um primeiro momento, o foco da campanha é realizar ações de mobilização contra a abertura de capital da Caixa Seguridade, com

início marcado para o dia 29 de abril. Faz parte da campanha um calendário de lutas proposto pela CEE/Caixa. O cronograma abrange plenárias dos sindicatos em suas bases entre os dias 19 e 21 de abril e uma assembleia marcada para o dia 22. No dia 26, as entidades vão realizar uma live para discutir os assuntos que envolvem a privatização e a descapitalização do banco público.

Caminhos da privatização

O presidente da Fenae, Sergio Takemoto, diz qual caminho o governo escolheu para privatizar a Caixa aos poucos. “A privatização de empresas públicas deve passar pelo Congresso. Como este governo sabe que, além de ser inconstitucional, a população é contra a privatização da Caixa, optou por vendê-la aos pedaços. Junto com a direção do banco, comandada por Pedro Guimarães, fatia a Caixa em subsidiárias e vende cada uma delas, até não sobrar nada. O processo vai começar agora, com a abertura de capital da Caixa Seguridade”, explicou.

A abertura de capital da Caixa

Seguridade está prevista para o dia 29 de abril. Esta é a terceira vez que a direção da Caixa tenta vender a subsidiária. A última tentativa, em setembro do ano passado, foi suspensa diante da instabilidade do mercado em razão da pandemia. Segundo Takemoto, a pressa do governo e de Pedro Guimarães para dar início à privatização do banco impõe uma forte desvalorização da companhia. A operação estava avaliada em R\$ 60 bilhões; agora, o valor estimado é de R\$ 36 bilhões, conforme noticiou o jornal Valor Econômico.

Há outro agravante

A direção da Caixa pressiona os empregados a comprar as ações da subsidiária, além de vender aos clientes. Para incentivar a compra, planeja adiantar salários e pretende autorizar a conversão de Apips ou ausências permitidas e de licença prêmio, desde que vinculadas à IPO (abertura de capital) da subsidiária de seguros.

Além da Caixa Seguridade, o governo também atua para a venda de outras partes do banco – Caixa Cartões, Gestão de Recursos, Loterias e outra instituição financeira para

onde serão repassadas todas as operações sociais do banco. Esta instituição ainda precisa ser autorizada pelo Banco Central, mas já tem objetivo de ser privatizada. “Pedro Guimarães chama esta instituição de banco digital. Este será o ‘golpe de morte’ da Caixa, pois vai retirar do banco as principais operações sociais, como Bolsa Família, microcrédito e financiamento habitacional”, revelou Takemoto.

Grande parte dos recursos a serem obtidos com a venda dessas subsidiárias já tem destino – e não é o fortalecimento do banco ou investimento no desenvolvimento do país – Pedro Guimarães já anunciou que vai usar o valor para devolver ao Tesouro os Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida (IHCD) – o que representa uma perigosa descapitalização do banco, comprometendo a sua capacidade financeira em benefício dos bancos e investidores privados.

O IHCD é um tipo de operação de empréstimo para reforçar o capital das instituições financeiras. Entre 2007 e 2013 a Caixa realizou seis contratos de IHCD junto ao Tesouro Nacional para permitir a ampliação da oferta de crédito, a diminuição da taxa de juros e o aumento da capacidade do banco em investimentos na habitação, saneamento, infraestrutura, entre outros.

De um total de R\$ 40 bilhões, a Caixa já devolveu R\$ 11,35 bilhões. Na semana passada, a Caixa aprovou a devolução do restante – cerca de R\$ 33 bilhões (somados aos juros e correção previstos em alguns contratos), após o Tribunal de Contas da União solicitar um calendário de restituição do dinheiro.

“No fim das contas, o Governo está retirando recursos da Caixa para pagar dívida e entregar nosso patrimônio ao mercado privado. Essas ações representam o fim da Caixa, o fim dos programas sociais e dos investimentos no desenvolvimento do país”, finalizou Takemoto.

Fonte: CONTRAF

Nesta terça-feira (20) tem mobilização nacional por vacina e comida no prato

“Queremos vacina no braço e comida no prato!” é o slogan Dia Nacional de Luta e Conscientização que reivindica combate à fome e imunização contra a Covid-19 para todos e todas



A CUT, demais centrais sindicais e movimentos populares ligados as frentes Brasil Popular e Povo sem Medo realizam nesta terça-feira (20) um Dia Nacional de Luta e Conscientização que reivindica combate a fome e imunização contra a Covid-19, doença provocada pelo novo coronavírus, que já matou mais de 373 mil pessoas no país, para todos os todas.

“Queremos vacina no braço e comida no prato!” é o slogan deste dia de luta que tem como objetivo alertar a sociedade sobre a volta da fome e da miséria e convocar toda a população brasileira a se unir à luta para pressionar o Congresso Nacional a votar urgentemente o valor do auxílio emergencial de R\$ 600, como foi aprovado pelo Congresso Nacional no ano passado, e também medidas para acelerar o processo de vacinação por meio do Sistema Único de Saúde (SUS) para todos e todas.

Para os organizadores da mobilização, a condução do presidente Jair Bolsonaro (ex-PSL) no combate à pandemia é criminoso. “O governo deixou o país para trás na fila mundial das vacinas, aumentando o número de casos e de mortes por covid-19. Depois de quatro meses sem nada, o novo auxílio proposto pelo governo atende menos pessoas, por menos tempo e com um valor que não compra nem meia cesta básica”, diz trecho do folheto de convocação

do dia de luta, que vai ter mutirão nacional de colagem de cartazes e lambes lambe.

O folheto ressalta ainda que “o Brasil ainda atravessa momentos terríveis de crises econômica e sanitária, caminhando a passos largos para a marca de meio milhão de mortos por Covid-19.” E para conter o massacre de brasileiros, prossegue o texto, “conclamamos o Congresso Nacional para que tenha sensibilidade social e humanitária, colocando em votação e aprovando o auxílio emergencial de 600 reais mensais, até o fim da pandemia”.

“No ano passado”, lembra o texto, “com este valor, o auxílio ajudou milhões de brasileiros, sustentou o consumo de suas famílias, manteve a vitalidade da economia e salvou muitas empresas. O valor em vigência, de R\$ 150 a R\$ 375, não é suficiente para as despesas e o público alvo está muito reduzido. Exigimos 600 reais Já para todos que precisam deste amparo social.”

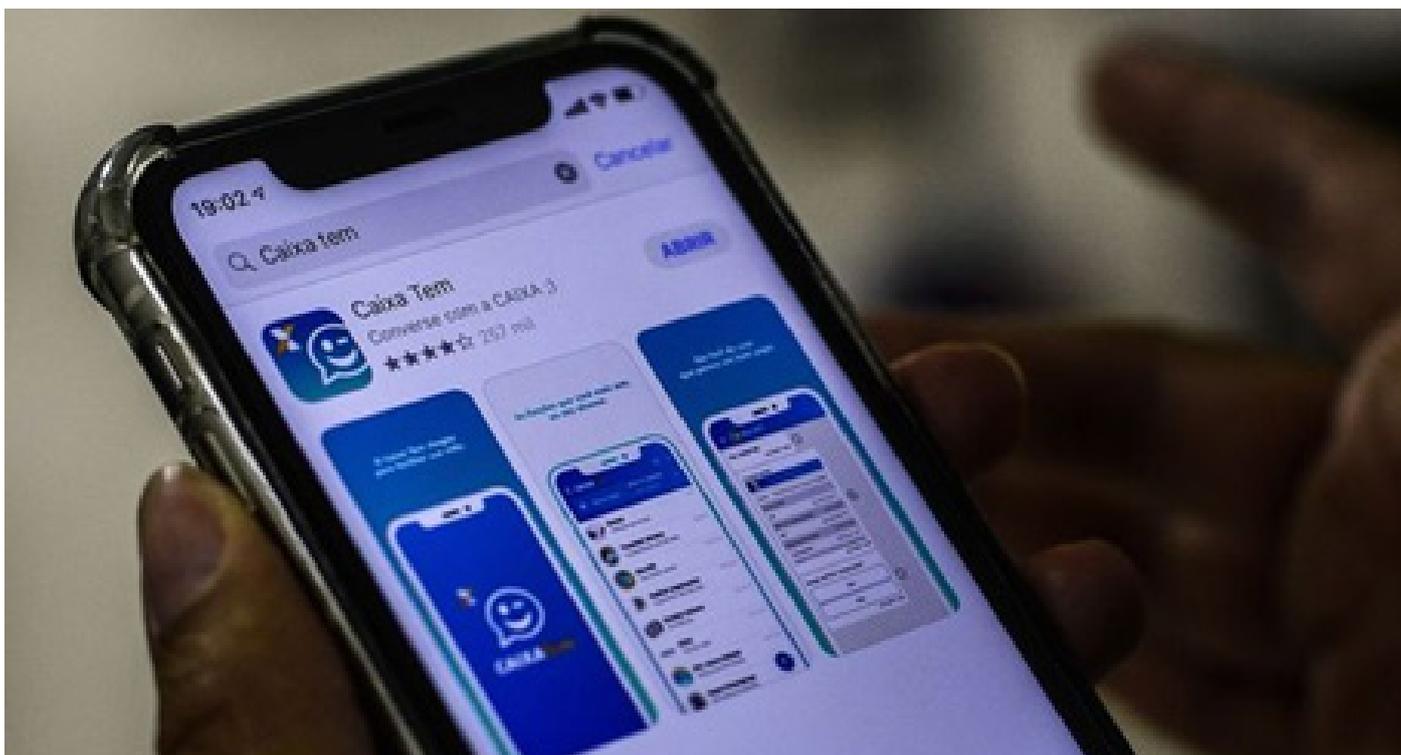
A pauta de reivindicações das centrais neste Dia Nacional de Luta e Conscientização, que deverá ocupar especialmente as redes sociais, tendo em vista o respeito as medidas de isolamento social para conter a transmissão do novo coronavírus tem ainda os seguintes itens:

- 1 – Vacinas conta a Covid-19 para todos e todas e rapidez na vacinação;
- 2 - distanciamento social e lockdown unificado e organizado em todo o país;
- 3 - auxílio-emergencial de R\$ 600 mensais para quem precisa, até o fim da pandemia;
- 4 - programa de proteção e manutenção do emprego e da renda;
- 5 - apoio financeiro às pequenas e médias empresas que geram emprego;
- 6 - solidariedade às populações socialmente mais vulneráveis e combate à fome.

FONTE: Redação CUT

Seguro-desemprego começa a ser pago pelo aplicativo Caixa Tem

Contas digitais serão abertas de forma automática e gratuita para o recebimento do benefício pelos trabalhadores



Caixa Tem já recebe pagamentos do Abono Salarial e do Bolsa Família
MARCELLO CASAL JR/AGÊNCIA BRASIL
Jefferson Rudy/Agência Senado

O Caixa Tem, aplicativo desenvolvido para o pagamento do auxílio emergencial, começa a ser utilizado, a partir desta terça-feira (20), para o depósito do seguro-desemprego.

De acordo com a Caixa Econômica, o aplicativo será usado para os cidadãos que não indicarem conta no requerimento do benefício e não possuírem outro tipo de poupança no banco.

As contas digitais serão abertas de forma automática e gratuita para o recebimento do benefício, sem a necessidade de apresentação de documentos e comparecimento a uma agência bancária.

Pelo aplicativo, os recursos do seguro-desemprego podem ser utilizados para pagar boletos, comprar pela internet e pelas maquininhas de estabelecimentos comerciais.

Para quem já tem vínculo com a Caixa, os créditos serão realizados diretamente na

conta existentes e os valores poderão ser movimentados com a utilização do cartão da conta ou ainda pelo internet banking.

Caso o seguro-desemprego não possa ser creditado em conta, a Caixa afirma que o trabalhador poderá realizar o saque com o uso do Cartão do Cidadão e senha nas agências bancárias, nos terminais de autoatendimento, casas lotéricas e nos correspondentes Caixa Aqui.

Desde 22 de outubro, governo federal, estados e municípios podem realizar pagamentos de diversos benefícios sociais por meio do Caixa Tem. Desde então, o aplicativo já é responsável pelos pagamentos do Abono Salarial e do Bolsa Família.

Contas digitais serão abertas de forma automática e gratuita para o recebimento do benefício pelos trabalhadores

Fonte: R7

Regras do programa de Redução de jornada e salário aprovado



Na noite desta segunda-feira (19) o Congresso Nacional aprovou o projeto que flexibiliza a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para permitir o retorno do programa emergencial de preservação do emprego e da renda, adotado no ano passado para evitar demissões durante a pandemia.

Com a aprovação do projeto o Ministério da Economia anunciou que destinará R\$ 10 bilhões para a reabertura do programa de manutenção e do emprego, além disso, o governo também anunciou que destinará R\$ 5 bilhões para a nova rodada do Pronampe, linha de crédito destinado as micro e pequenas empresas.

Os programas do Ministério da Economia agora dependem da sanção do Orçamento de 2021 pelo presidente Jair Bolsonaro. O prazo para a sanção termina quinta-feira (22).

No ano passado, por meio do BEm (benefício emergencial de manutenção do emprego e da renda) os empregados e empregadores puderam realizar acordos para reduzir as jornadas de trabalho em 25%, 50% e 75%, com corte proporcional dos salários, além disso, a medida também permitiu a suspensão temporária do contrato de trabalho.

Expediente:

Boletim produzido pela assessoria de comunicação da CNTV

Presidente da CNTV: José Boaventura Santos

Secretário de Imprensa e Divulgação: Gilmário Araújo dos Santos

Colaboração: Jacqueline Barbosa

Diagramação: Aníbal Bispo

Como vai funcionar o BEm 2021?

A expectativa do governo é que os R\$ 10 bilhões liberados para o BEm possam preservar cerca de 4 milhões de empregos e deve ser disponibilizado por quatro meses.

A medida deve funcionar nos mesmos moldes do ano passado, sem qualquer alteração, funcionando da seguinte forma:

Redução de Jornada e Salário em 25%

Caso o trabalhador e a empresa acordarem na redução de jornada e salário em 25% — A empresa paga 75% do salário e o governo os outros 25%.

Redução de Jornada e Salário em 50%

Se o trabalhador e a empresa acordarem na redução da jornada e salário em 50% — A empresa paga 50% do salário e o governo os outros 50%.

Redução de Jornada e Salário em 70%

Se o trabalhador e a empresa acordarem na redução de jornada e salário em 70% — A empresa paga 30% do salário e o governo os outros 70%.

Suspensão temporária do contrato de trabalho

Quando o empregado e empregador aceitam o acordo de suspensão temporária de contrato de trabalho, o pagamento dos salários ao trabalhador irá variar de acordo com o faturamento da empresa.

Exemplo: Uma pequena empresa, com faturamento de até R\$ 4 milhões e 800 mil no ano de 2020 o trabalhador receberá 100% do seguro desemprego. Agora se é uma empresa grande que faturou mais que R\$ 4 milhões e 800 mil em 2020, o trabalhador receberá 70% do seguro desemprego e a empresa é obrigada a complementar com 30% do salário nominal do trabalhador.

Fonte: Jorna Contabil

www.cntv.org.br
cntv@terra.com.br
(61) 3321-6143

SDS - Edifício Venâncio Junior,
Térreo, lojas 09-11
73300-000 Brasília-DF